

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXVI - 1997

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

RAQUEL VILAÇA

Professora auxiliar da Faculdade de Letras de Coimbra

UMA NOVA LEITURA PARA O MONTE DO FRADE (PENAMACOR)

“Conimbriga” XXXVI (1997) p. 27-44

RESUMO: Em 1990 e 1991, realizaram-se escavações na estação arqueológica do Monte do Frade (Penamacor), ocupada no Bronze Final, cujos resultados foram publicados. Os trabalhos circunscreveram-se a uma das plataformas mais elevadas do monte. Verificou-se que a ocupação se limitou a um pequeno espaço, ficando em aberto a questão da real dimensão deste sítio. Em 1995, efectuaram-se novos trabalhos — sondagens e prospecções sistemáticas — com o objectivo preciso de esclarecer este assunto.

Este texto dá conta desses resultados que não só responderam a este problema como revelaram outras informações passíveis de um novo olhar sobre o Monte do Frade.

A ocupação efectiva do sítio restringe-se, com efeito, ao constrangedor espaço de cerca de 126 m². Aí se encontram diversas estruturas de habitat, com destaque para uma cabana, à qual se acede por uma espécie de “átrio” e por uma estreita passagem empedrada e limitada por dois afloramentos graníticos, um dos quais com “covinhas”. Outras rochas com “covinhas” distribuem-se à volta das estruturas centrais, simulando a sua protecção.

O Monte do Frade deve ser hoje visto como um pequeno casal, habitado por alguém com uma posição social privilegiada e distinta, que não foi só abrigo nem espaço de suporte a determinadas actividades, mas um espaço protegido, onde se congregaram múltiplas vivências, profanas e sagradas.

ABSTRACT: Archaeological excavations in 1990 and 1991 revealed a late Bronze age occupation at the site of Monte do Frade (Penamacor). The work,

subsequently published, was limited to one of the highest plateaux of this present day farm. It appeared that occupation was restricted to a small area, while the question of the total surface inhabited remained unanswered. Renewed excavation was commenced in 1995 - this time test trenches were dug in a program of systematic investigations - with the explicit aim to clarify this problem.

The following article describes the results obtained, not only regarding the problem at hand, but it also supplies further information giving us a new perspective of Monte do Frade.

The effective occupation is indeed constricted to a diminutive zone of only 126 m². There several structures, living quarters, were found, one of which is of special interest. A narrow passage of stonework, its width restricted by two outcrops of granite, gives onto the *atrium* of a small shelter. One of the outcrops has small cup marks. Other rocks with such are located around the central structures as if placed there for defensive purposes.

Monte do Frade must now be seen as a small homestead, inhabited by someone with a certain position of distinction and social privilege. It was not merely a shelter or a space where various activities took place, but a protected area of multiple, both profane and sacred, functions.

UMA NOVA LEITURA PARA O MONTE DO FRADE (PENAMACOR) *

1. Introdução

Em 1990 e 1991, realizámos escavações na estação arqueológica do Monte do Frade, Penamacor (CMP 1/25.000, folha 248; Latitude — 40° 08 18,630 N; Longitude — 01° 59 58,355 E Lx.), cujos resultados foram publicados (VILAÇA, 1995 a: 125-163).

A estação insere-se numa elevação destacada na paisagem, grossiramente oblonga, em “forma de violino”, orientada de NW/SE, com cerca de 500 m de comprimento. Nela se destacam dois cabeços independentes, mas de altimetria similar, e ainda um terceiro, mais modesto (Est. I).

Os dados recolhidos revelaram uma ocupação efectiva circunscrita ao cabeço mais setentrional, com 576 m de altitude. Nesta área foram abertas três frentes de trabalho, com resultados substancialmente diferentes.

Na vertente norte desta elevação (sector III), onde se realizou uma sondagem, nada se conservou com o plantio de um eucaliptal.

Na vertente meridional, as sondagens efectuadas na plataforma com condições mais favoráveis (sector II), demonstraram uma ocupação espacialmente circunscrita, com “empedrados” e uma fossa, a que correspondem, entre outros, alguns materiais cerâmicos decorados com incisões e puncionamentos, de filiação neolítica. Com ela se correlaciona a data de C14 (ICEN-968: 4780±60 BP) que, uma vez calibrada, aponta para uma cronologia de meados do IV milénio AC (VILAÇA, 1993; 1995 a: 307). Com excepção de uma estrutura de combustão que continha fragmentos cerâmicos partidos *in situ* atribuíveis ao Bronze

(*) À redacção deste texto não foram alheios os comentários que o Prof. Doutor Jorge de Alarcão fez aos meus trabalhos no Monte do Frade - o que agradecemos.

Final, os restantes materiais desta época recolhidos neste sector deverão corresponder a arrastamentos provenientes desde o ponto mais elevado da estação.

No topo deste cabeço encontramos uma pequena plataforma (sector I) correspondente ao verdadeiro núcleo de ocupação do Bronze Final. Além dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, contam-se diversas estruturas — lareiras, buracos de poste e “empedrados” - definidoras de, talvez, duas unidades de habitação. A estratigrafia revelou uma primeira ocupação, aparentemente limitada em termos espaciais e temporais (camada 4). Seguiu-se-lhe uma segunda fase de ocupação (camadas 3 e 2 base) que, pelo contrário, foi intensa e extensa, com uma exploração máxima da área disponível. As quatro datas de 04 existentes, após calibração, sugerem uma ocupação ocorrida num momento a situar entre finais do século XII e o X AC (VILAÇA, 1995 a: 374).

No estudo desta estação sublinhámos três das suas mais peculiares facetas: a posição destacada, isolada, exposta e dominante deste sector, quer no contexto morfológico local, quer em termos regionais; a qualidade dos seus materiais, tanto mais evidente quando confrontados com a inóxia e rusticidade das suas estruturas; as reduzidas dimensões em termos espaciais da área ocupada.

A confirmar-se este último aspecto, estaríamos perante o mais pequeno povoado conhecido do Bronze Final no quadro do Ocidente peninsular, o que levantaria, indiscutivelmente, múltiplas questões. Confirmando-se tal semblante, como articulá-lo com a excelência dos materiais?

Aos trabalhos de campo realizados em 1990 e 1991 faltaram as sondagens que, em 1995, realizámos com o objectivo preciso de averiguar a real dimensão de tão insólita estação. A cronologia da ocupação do Monte do Frade estava definida, designadamente para o período que nos interessava abordar, caracterizados estavam os seus vestígios móveis e imóveis. Importava agora esclarecer se a ocupação do Bronze Final identificada no sector I a ele se circunscrevia ou se, pelo contrário, outras áreas haviam sido igualmente ocupadas.

Este texto dá conta dos resultados desses trabalhos que não só deram resposta a esta questão como revelaram outras informações passíveis de um novo olhar sobre o Monte do Frade.

2. Trabalhos realizados em 1995 e respectiva interpretação

2.1. Sondagens e prospecções

De acordo com o objectivo definido, a estratégia adoptada versou a realização de prospecções sistemáticas em toda a área do Monte do Frade — cumes e vertentes — às quais se juntaram sete sondagens distribuídas por quatro novos sectores.

Entre os sectores I e II e a nordeste deste, numa área junto à curva dos 550 m, que passou a ser designada por sector IV (Est. I) realizaram-se duas sondagens. Trata-se de uma pequena plataforma, com cerca de 15 X 7 m, em esplanada, aberta e virada a sul, sendo, a norte, delimitada por um conjunto de afloramentos graníticos, que a protegem. Não existiam quaisquer materiais à superfície.

Uma das sondagens, com 2 x 2 m, revelou-se estéril. A outra, de 3 m², e que atingiu 28 cm, profundidade a que se encontrava o saibro, provou que esta zona nunca foi ocupada. Apenas se registou uma única camada de terra de tom castanho-claro, pouco compacta e de textura arenosa.

Os vinte e dois fragmentos cerâmicos aí recolhidos (onze bojos, seis bordos, um fundo, uma carena e três asas em fita) terão escorrido desde o sector I. Todos manuais, inserem-se nos tipos de fabrico e nos tipos morfológicos definidos para a estação. Destacam-se um bordo do tipo 1 e um outro, com incisões no lábio, do tipo 13 (VILAÇA, 1995 a: 155).

A elevação de maior altitude (580 m), que passou a ser designada por sector V (Est. I), também foi alvo da nossa pesquisa. Pelas suas condições topográficas, desde sempre este sítio nos tinha chamado a atenção. Conhecíamos este cabeço e respectivas vertentes cobertos por densa vegetação, quer arbórea, quer arbustiva, o que sempre condicionara as prospecções, nunca sistemáticas, realizadas. Alguns materiais aí fomos recolhendo, mas nunca de natureza indiscutivelmente pré-histórica.

Ao iniciarmos a campanha de 1995, foi um outro cenário que encontramos — agreste e desolador — resultante do intenso e devastador incêndio que grassara cerca de um mês antes. Percorrida agora de uma forma sistemática, esta área, ampla, embora irregular e pontuada de afloramentos graníticos, mereceu a realização de duas sondagens.

A sondagem 1, com 2 x 3 m, foi implantada no ponto mais elevado, junto ao complexo de afloramentos graníticos existente. Identificou-se

uma única camada de terra de tom castanho-claro, pouco compacta e de textura arenosa, com 23cm de espessura. A cerca de 10 cm de profundidade recolheram-se seis fragmentos cerâmicos fabricados ao torno, de características modernas.

A sondagem 2 também foi implantada na zona mais elevada, mas a nascente daquela, num recinto naturalmente delimitado por afloramentos graníticos. Abriram-se 8 m², totalmente estéreis, até à profundidade de 18 cm, altura em que surgiu o saibro. Os sedimentos eram similares aos da sondagem 1.

Nas vertentes norte e noroeste do terceiro “pico”, área identificada por sector VI (Est. I) e cuja altitude atinge os 546 m, abriram-se mais duas sondagens, com 4 m² cada. As condições de formação e de deposição dos sedimentos destas sondagens revelaram-se idênticas às das sondagens do sector V; o saibro encontrava-se à profundidade de 20/22 cm. Foram recolhidos quatro fragmentos cerâmicos incaracterísticos.

Na zona do sector VII (Est. I), junto à base e do lado nascente da plataforma do sector I, abrimos uma sondagem de 4m², estéril, o que surpreende, pois seria de encontrar alguns materiais arrastados desde aquele sector, que fica sobranceiro.

Ainda que pudessem ter sido continuadas e repetidas, considerámos estas sondagens e prospecções em número suficiente para dar resposta à nossa questão. E os resultados, globalmente negativos, são inequívocos quanto à diminuta área da ocupação do Bronze Final desta estação arqueológica: ela não ultrapassa os cerca de 126m² do sector I.

No âmbito da campanha de 1995, foram ainda realizados alguns trabalhos naquele sector. Além do derrube das banquetas do DI e do EI e da abertura parcial dos quadrados mais setentrionais e periféricos da plataforma (Est. II), foi feita uma limpeza global de toda a área.

Se as duas primeiras acções nada acrescentaram de significativo à compreensão da estação — nem a estratigrafia revelou alterações, nem novas estruturas se registaram —, com a última identificaram-se novas “cavinhas” que, ajuntar às já conhecidas, permitem e exigem um novo olhar sobre o Monte do Frade.

2.2. *Espólio*

As acções desenvolvidas no sector I proporcionaram a recolha de novos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, que se inserem,

cronológica e culturalmente, na linha dos já estudados (VILAÇA, 1995 a: 130-142).

Os fragmentos cerâmicos, num total de quatrocentos e vinte e sete, distribuem-se da seguinte maneira (recorde-se que as camadas 3 e 2 base são camadas de ocupação e que o topo desta e a camada 1 são níveis de abandono ou de destruição): camada 1 (84 ex.); camada 2 (247 ex.); camada 3 (49 ex.); limpeza de penedos (47 ex.). Apenas sessenta e um fragmentos são passíveis de atribuição tipológica, de acordo com a tabela elaborada (VILAÇA, 1995 a: 155), não se tendo registado novos tipos (Est. III e IV).

Verifica-se que o tipo 1, definido pelas taças carenadas, reúne vinte e sete exemplares, seis da camada 1, treze da camada 2 e oito da camada 3. O tipo 10, representado por pequenos recipientes de perfil em S, corresponde a quatro fragmentos, dois da camada 1, um da camada 2 e um de limpezas. O tipo 13, representativo dos potes de grande capacidade, soma trinta exemplares, dos quais quatro são da camada 1, dezoito da camada 2, quatro da camada 3 e quatro de limpezas.

Em termos percentuais e comparando estes dados com os de 1990 e 1991, não se encontram grandes discrepâncias, particularmente no que diz respeito aos tipos mais representativos:

1990/1991	1995
tipo 1 — 49,22%	tipo 1 — 44,26%
tipo 10 — 2,33%	tipo 10 — 6,55%
tipo 13 — 48,44%	tipo 13 — 49,18%

Isto significa que se mantém correcta a ideia de que, nesta estação, a relação percentual entre taças carenadas e potes de armazenagem e/ou cozinha é de assinalável equilíbrio (aliás, com primazia para aquelas em 1990/91), situação que não se verificou em qualquer um dos outros povoados coevos (Castelejo, Alegrios e Moreirinha) que escavámos (VILAÇA, 1995 a: 272).

Os fragmentos decorados são em número muito reduzido: quatro com decoração brunida e oito com incisões sobre os lábios. Aqueles, na variante de faixas brunidas, integram-se na organização 15, por nós definida (VILAÇA, 1995 a: 50-51 e 284): apresentam linhas paralelas entre si, com orientação oblíqua, configurando triângulos, justapostas a outras similares, mas com orientação divergente (Est. IV-2 e 4).

Os materiais líticos estão representados por quatro peças. Temos dois dormentes de granito, um completo (56 x 30 x 11,5 cm), de

contorno subelíptico, secção subtrapezoidal, perfil e superfície activa aplanados, e o outro ligeiramente fragmentado (32 x 19,5 x 6,3 cm), de contorno subtriangular, secção plano-convexa e perfil cóncavo; um movente completo sobre seixo natural de quartzito (10,5 x 7,5 x 6,1 cm), de contorno sub-rectangular e secção subtrapezoidal, com uma das faces polida; um alisador/polidor sobre seixo natural rolado de quartzito.

São três as peças metálicas, de bronze, provenientes dos trabalhos de 1995. Além de uma argola fechada, lisa, de contorno e secção circular (Est.IV-6), contam-se um punhal e uma pinça.

O fragmento de punhal, do tipo ‘Torto de Mós’, foi recolhido na limpeza do perfil nascente do EI’ 03, numa zona de grande concentração de carvões, encontrando-se reduzido à parte proximal, com lingueta completa. Esta, subtriangular, conserva três rebites cilíndricos *in situ*, e a sua demarcação da lâmina é assinalada por dois marcados entalhes ou chanfros laterais, simétricos, em forma de meia-lua, cujas extremidades mais próximas da lingueta terminam em dois pequenos espigões. No vértice definido pelos três rebites arrancam, em leque, duas finas linhas incisivas e paralelas, que correm ao longo da lâmina (Est. IV-5).

A pinça, de “tipo olhai” (CATLING, 1964: 228), encontra-se num péssimo estado de conservação (Est. IV-7): as duas hastes, uma das quais incompleta, estão fragmentadas e desligadas. Obtidas a partir de uma lâmina muito delgada, não apresentam qualquer tipo de decoração, ao contrário do que acontece com o outro exemplar conhecido desta estação (VILAÇA, 1995 a: Est. CIV-2).

Sublinhámos já a importância do achado da primeira pinça do Monte do Frade (VILAÇA, 1995 a: 343), que se vê agora reforçada pelo novo exemplar. Elementos raríssimos, as duas pinças em análise são as primeiras, e por enquanto únicas, provenientes de um inequívoco contexto habitacional indígena do Bronze Final do Centro-Occidental da Península. Os contextos de outros achados coevos, caso das duas pinças da sepultura da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et alii*, 1973-1974: 120) ou da sua figuração na esteira de Ervidel II, Aljustrel (GOMES e MONTEIRO, 1976-1977: 299), sugerem que estamos perante itens, de ressonância mediterrânica, absorvidos por uma minoria da população indígena do Bronze Final, ou constituindo mesmo propriedade de indivíduos de origem oriental, se assim quisermos ler o contexto da sepultura de Sesimbra.

2.3. Rochas com "cavinhas"

Como mostra a Est. V, boa parte da pequena plataforma do sector I está preenchida por afloramentos e lajes graníticos.

As campanhas de 1990 e 1991 revelaram a existência de dois afloramentos decorados com "cavinhas". Um deles, com uma única, estava colmatado pela camada 2, sucedendo o mesmo com o outro que, todavia, apresentava vinte e uma "cavinhas" distribuídas por dois grupos (VILAÇA, 1995 a: 142).

Para além das acções atrás descritas, os trabalhos desenvolvidos em 1995 neste sector envolveram também profundas limpezas, nomeadamente de remoção de musgos e de líquenes das rochas. Assim se descobriram novas "cavinhas", distribuídas por seis rochas ou afloramentos (Est. V), cuja caracterização, primeiro individual e depois relacional, passamos a apresentar.

A rocha 1 (Est. VI e Fotos 1 e 2) corresponde ao mais extenso (cerca de 11 x 11,40 m) e aplanado afloramento deste sector, mesmo assim com uma diferença de cotas entre os seus pontos mais elevado e mais baixo na ordem dos 1,70 m. De contorno muito irregular e profusamente retalhado por diáclases, apresentava o seu canto ocidental coberto pelos sedimentos da camada 2. Além das vinte e uma "cavinhas" já conhecidas e concentradas em dois grupos próximos, exactamente naquele canto, regista, de forma dispersa, mais onze. De diâmetros não muito díspares (entre 3-4 cm), destaca-se, porém, uma maior, com 4,3 cm, que ocupa o centro do afloramento; as profundidades rondam os 2/2,5 cm. Em termos espaciais, estamos perante uma nítida dicotomia: as "cavinhas" isoladas disseminam-se por zonas centrais, enquanto que os núcleos ocupam a periferia do afloramento.

A rocha 2 (Est. VII), já conhecida, encontra-se no seio da área ocupada e encontrava-se igualmente "selada" pela camada 2. De superfície aplanada, apresenta uma única "cavinha".

As rochas 3 e 4 (Est. VII), independentes mas praticamente coladas uma à outra, têm, respectivamente, forma subcónica e subparalelipipédica. A primeira possui uma "cavinha" na zona central e a segunda ostenta duas numa das extremidades.

Na rocha 5 (Est. Vili), penedo isolado de tendência cónica, foram reconhecidas três "cavinhas" marcadas linearmente e de forma quase equidistante.

A rocha 6 faz parte de um amontoado de penedos de contornos e superfícies muito irregulares. Possui dez "cavinhas" distribuídas de

acordo com o esquema presente na rocha 1 : quatro delas estão dispersas e o núcleo de seis, de tendência linear dupla, acantona-se numa das extremidades, simultaneamente um dos pontos mais elevados do penedo.

As “cavinhas” do Monte do Frade foram gravadas por abrasão sobre afloramentos graníticos, ora aplanados e extensos, ora de superfícies convexas, irregulares e acanhadas. Com raras exceções, pautam-se por uma assinalável uniformidade no que respeita a dimensão, diâmetro e profundidade.

Ao nível da distribuição espacial e mútua relação em cada rocha, devem ser realçadas três linhas de força: “cavinhas” isoladas e outras obviamente associadas; uma distribuição aparentemente aleatória das “cavinhas” isoladas, mas não dos núcleos ou grupos, que ocorrem sempre na periferia das rochas; os conjuntos podem revestir um carácter linear simples e duplo ou, pelo contrário, sem ordem aparente.

Dos múltiplos afloramentos existentes no sector I, só alguns foram gravados. Olhando conjuntamente todos os testemunhos deste sector, e antes de nos debruçarmos sobre o problema, em parte insolúvel, da respectiva cronologia, diremos que a distribuição das rochas com “cavinhas” é delimitativa da área onde se instalou a comunidade que aqui habitou, ou seja, nos afloramentos centrais não existem cavinhas (Est.V). Se quisermos, numa outra perspectiva, a esmagadora maioria das rochas com “cavinhas” encontra-se nos lados do Sol nascente e do Sol poente.

Como se sabe, a cronologia das “cavinhas” é assunto que não merece a concordância dos investigadores, nem pode, aliás, visto que é assinalável a diversidade e a natureza dos contextos em que ocorrem, o que também lhes confere uma potencial multiplicidade de sentidos e de significâncias. Por outro lado, a sua distribuição geográfica é muito ampla. Com efeito, se as quiséssemos definir, diríamos que são trans-temporais, transculturais e polissémicas.

Contra a defesa de uma cronologia curta das “cavinhas” atlânticas, circunscrita ao Neolítico (BURGESS, 1990: 161), temos de contrapor, para o Ocidente Peninsular, uma cronologia de parâmetros amplos.

Associadas a múltiplos contextos neolíticos, permanecem ao longo de toda a Pré-história Recente, chegam ao Bronze Final, cruzam a Proto-história, onde, não raro, ocorrem no interior de povoados, mantêm-se em grande número de “berrões”, cobrindo-os totalmente ou alinhando-se sobre a zona da coluna vertebrada (LÓPEZ MONTEAGUDO,

1983: 51-52) e sobrevivem ainda na órbita de algumas ermidas medievais (HENRIQUES *et alii*, 1995: 200).

A conotação neo-calcolítica que, muitas vezes, lhes é atribuída, decorre da frequente presença de “covinhas” em contextos daquela época, nomeadamente do mundo megalítico e afim. É vulgar a sua presença nas tampas e esteios das antas, mas já não ao nível do lajeado, como acontece no interessante e tão pouco conhecido dolmen de Frieiro, Vila Pouca de Aguiar. Este monumento, pertença de um grupo de quatro, apresentava uma laje colocada horizontalmente à entrada da câmara, à altura da base dos esteios, assente no solo natural, preenchida com trinta e duas “covinhas” (VASCONCELOS, 1897: 358-359). Embora não esteja aqui em discussão o estudo dos rituais megalíticos, mais interessante ainda é que “toda a superfície da pedra estava coberta de uma camada de cinza, misturada com ossos humanos mais ou menos carbonizados, e com terra — o que tudo enchia também portanto as covinhas” (VASCONCELOS, 1897: 359).

Para a Beira Interior, os casos da Anta Grande de Medelim, que possuía a tampa cheia de “covinhas” (PEREIRA, 1933: 55-56 e fig. 3), ou do monumento da Granja de S. Pedro, Idanha-a-Velha, com “covinhas” em dois dos esteios da câmara e ainda nos dois menires nesta inseridos (ALMEIDA e FERREIRA, 1971: 165-166) testemunham a ligação das “covinhas” ao fenómeno megalítico. Embora com bases bem mais precárias, é normalmente aceite idêntica cronologia para as “covinhas” em afloramentos junto aos quais nada mais se conhece, tidos como “santuários”. No sul da Beira Interior, são conhecidos vários conjuntos deste tipo, isolados, por vezes na proximidade de mamoaas (HENRIQUES *et alii*, 1995) ou claramente relacionados com o complexo rupestre da Arte do Vale do Tejo (onde este tema é muito raro) como a rocha inteiramente preenchida de “covinhas” da Ribeira do Pracana (MONTEIRO e GOMES, 1974-1977).

Outras vezes, os respectivos contextos são de cronologia (Idade do Bronze) e de natureza (funerária) muito precisas. Por exemplo, junto à cista da sepultura da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira, encontravam-se duas lajes, uma das quais apresentava dezanove “buraquinhas” numa das faces e uma outra na face oposta (FORTES, 1905-1908: 244-245). Também a laje de cobertura da cista 1 da Vinha do Casão, Vila-moura, possuía algumas “covinhas” (GOMES *et alii*, 1986: 68).

A sua associação a estátuas-menires e esteias, calcolíticas e da Idade do Bronze, com contexto funerário ou desconhecido, reforçam a

ubiquidade que atribuímos às “cavinhas”. Poderemos apontar, entre outros, o recente achado da estela, possivelmente calcolítica, de Alcaria, Serpa (LOPES, 1997), e ainda os casos conhecidos da estela de Alfarrobeira (GOMES, 1994: 29 e fig. 10), da estela de Ervidel II (GOMES e MONTEIRO, 1976-1977: 301), das estátuas-menires de Chaves e de Faiões, Chaves (JORGE e JORGE, 1990: 301-302), etc.

A cronologia pré-histórica das duas situações do Monte do Frade detectadas em 1990-1991 é garantida pelo facto de se encontrarem “seladas” pela camada 2, interpretada como uma camada de ocupação ao nível da sua base. A identificação de novas “cavinhas” nada ajudou à solução deste problema, multiplicando, pelo contrário, o leque das hipóteses de cronologia.

São quatro as hipóteses de resolução, todas admissíveis.

Porque não há dados de natureza tipológica, técnica, estilística ou estratigráfica, é admissível a ideia de que as “cavinhas” terão sido gravadas por diferentes comunidades, isto é, umas seriam do IV milénio a. C., outras da transição do II para o I milénios a. C., ou ainda de um outro período anterior a este, no que respeita as rochas 2 e parte da 1, ou de qualquer outra altura, em relação às restantes.

A segunda hipótese sugere que as comunidades neocalcolíticas que estacionaram na ladeira do Monte do Frade designada por sector II poderão ter tido o seu “santuário” no sector I, num espaço sagrado, mais perto dos deuses (se é que esses habitavam o mesmo universo dos nossos), sem interferências do viver quotidiano, que havia profanado uma outra área do monte. O seu significado e função dissiparam-se e foram levados para outro lugar, acompanhando as comunidades que serviam. Nesta perspectiva, as “cavinhas” do Monte do Frade são de cronologia neocalcolítica e, embora presentes, nada disseram à comunidade do Bronze Final.

Na terceira hipótese admite-se que o grupo que ocupou o sector I é o responsável pela execução das “cavinhas”, contemplando-se, portanto, uma cronologia do Bronze Final.

Finalmente, há que considerar a séria hipótese de que, embora com uma possível origem muito remota, as “cavinhas”, total ou parcialmente, foram assimiladas, por certo com uma perversão no sentido e significado de origem, pela comunidade do Bronze Final. Fazendo parte do foro simbólico e ritual, independentemente do(s) seu(s) significado(s), ao estarem presentes num contexto de natureza habitacional, pelo seu carácter de distinta visibilidade, é um mundo simbólico e

sagrado que invade, que se insinua, que é assimilado ou incorpora já um espaço doméstico, por excelência profano.

O que, do nosso ponto de vista, deve ser aqui valorizado, não é tanto a contemporaneidade total, parcial ou, pelo contrário, mútua exclusão cronológica das “covinhas” e do *habitat* do Bronze Final, mas a indiscutível proximidade, associação e relação espacial dos mesmos, ainda que diacronicamente distantes.

Tempo e cronologia são conceitos que não se confundem totalmente: esta é um dado por si mesmo, apreensível ou não; aquele é uma construção social, ou seja, é assimilado distintamente conforme os actores sociais. Sendo social, envolve vários níveis ou vários tempos (GONÇALVES, 1992: 133-139; ALARCÃO, 1993-1994: 11-12) que são construídos, expressos e simbolizados de forma necessariamente diferente e muitas vezes contraditória.

Se é verdade, como sublinhou Bradley, que o tempo ritual é distinto do tempo do quotidiano (BRADLEY, 1991: 210-211), também é verdade que estes tempos, ainda que cronologicamente distantes, podem intersectar-se e partilhar os mesmos espaços. O que podemos aqui ter é uma combinatória, no mesmo espaço, de diferentes elementos temporais que se penetram, uma sobreposição de temporalidades, cada qual com o seu ritmo, cada qual com a sua natureza: as “covinhas”, mesmo anteriores, permaneciam visíveis, presentes, como marcas, sinais na paisagem, ou símbolos comunitários.

Signos, símbolos, objectos sinaléticos ou meras imagens de outrem (ALARCÃO, no prelo), sem dicionários e desconhecendo a chave dos códigos, nunca saberemos em rigor o que foram as “covinhas”. Para esta discussão, que não desenvolveremos, talvez seja de valorizar aquilo que, em termos gráficos, é mais notório e constante, independentemente dos contextos: a sua autonomia em termos de unidades independentes, por um lado, e o seu carácter repetitivo, por outro.

Sendo entidades possuidoras de sentidos e significâncias, isto é, porque constituíram actos intencionais, conscientes (em consciência?), até que ponto é aceitável considerá-las resultantes de acções desenvolvidas em estado de transe, acompanhadas de visões entópticas ou outras provocadas por alucinogénios, como é agora moda defender, seja para a arte paleolítica (LEWIS-WILLIAMS, J. e DOWSON, T. 1988), seja para a arte megalítica da Irlanda e da Bretanha (BRADLEY, 1989), seja para os petróglifos galegos (VAZQUEZ VARELA, 1993)?

3. Relendo o espaço do Monte do Frade

Numa nova perspectiva, relacional ou dialógica, o espaço do sector I, ou seja, o espaço do Monte do Frade, que a ele se confina, pode ser visto com outros olhos. E a cabana central vê-se “completada” agora com as rochas e suas “cavinhas”.

Relendo o espaço e a sua organização, o acesso ao sector I só podia ser feito em dois sentidos, visto que, a norte e a poente, a escarpa vertical, definida por gigantescos afloramentos, o impedia.

Admitindo o acesso desde nascente, que também implicava o escalar de penedos, chega-se a um espaço com cerca de 14/15 m² (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXIX), aparentemente, de “portas” franqueadas, onde encontramos estruturas de combustão e testemunhos de várias actividades. É impossível saber se constituiu unidade autónoma ou se, pelo contrário, terá sido um anexo complementar da cabana central.

Talvez o acesso principal fosse feito subindo a ladeira que se desenvolve do lado sul. Chegando ao topo, encontramos diante de nós essa cabana principal, de cerca de 30 m², com lareira central e dois buracos de poste avançados (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXII). Terão constituído o suporte da cabana ou simbolizariam apenas uma passagem para o seu interior? O acesso a este espaço privado implicaria, porém, a supressão de outras “barreiras”.

Na zona dos quadrados B/C-4/5 (VILAÇA, 1995 a: Est. LXXII) define-se uma espécie de “átrio” (com raríssimos materiais e onde não se encontraram testemunhos de qualquer actividade) com dois “empedrados”. A entrada propriamente dita da cabana, estreita e assinalada por um “empedrado”, era delimitada por dois afloramentos, um dos quais com “cavinhas” (rocha 1).

Mais do que simples estruturas utilitárias, os “empedrados” podem ser vistos como áreas de passagem simbolicamente assinaladas, como acessos a recintos específicos, tal como acontecia com a pequena rampa de seixos da entrada do pequeno abrigo ritual dos Alegrios (VILAÇA, 1995 a: 169; 199 e Est. CXXX), e à semelhança do que hoje sucede quando se desenrolam *carpettes* vermelhas, se estendem capas pretas de estudantes ou se cobre de flores multicolores o asfalto das ruas.

As “cavinhas” não se esgotam, porém, na zona de entrada. Elas distribuem-se por vários rochedos que delimitam a área central onde se encontra a cabana. Em termos meramente organizativos, esta situação pode ser entendida como uma mútua exclusão entre um espaço habi-

tacional, profano, e um espaço sagrado, isto é, dois espaços, cada qual com seu desempenho. O que vemos aqui é mais do que isso, ou antes, não é bem isso. Talvez seja mais correcto tomar as partes pelo todo, isto é, de forma relacional, de todos os elementos do espaço entre si e entre eles todos e a comunidade que lhes deu vida. Nesta perspectiva, os restos habitacionais do Monte do Frade constituíram mais do que simples estruturas; não foram só abrigo nem espaço de suporte a determinadas actividades, foram antes um espaço específico e protegido, a que se acedia vencendo “barreiras”, ou, pelo contrário, inatingível. Um espaço vivo, pela dinâmica das produções e reproduções sociais do quotidiano.

Aquele esquema espacial é comparável à organização que encontramos noutros contextos, de natureza estritamente sagrada. Com efeito, é frequente as “cavinhas” ocuparem posições limitrofes em relação às áreas centrais dos contextos em que se inserem, como sucede no complexo rupestre do Vale do Tejo, onde a sua função poderá ter sido a de anunciar o “santuário” e fazer a introdução ou a iniciação ao seu espaço (GOMES, 1987: 28). O mesmo se repete no “santuário” exterior do Escoural, Montemor-o-Novo, ou ainda nas rochas da Alagoa, Tondela (GOMES *et alii*, 1983: 305). Teríamos, nestes casos, “cavinhas” com uma função indicadora ou sinalética de áreas sagradas.

Não cremos que as “cavinhas” do Monte do Frade anunciassem fosse o que fosse. Encaramo-las mais como um elemento de reforço simbólico, demarcador de um espaço que, sendo doméstico, o ultrapassava. Olhar os espaços domésticos do Bronze Final numa perspectiva dicotómica, como antítese entre o profano e o sagrado, é, talvez, um exercício mutilante e distorcido. A capacidade de autotransfiguração desses espaços, por recurso a rituais celebrados em actos públicos (ou limitando-se à privacidade doméstica?), como forma de legitimação de poderes e de tensões sociais, também foi já sublinhada (VILAÇA, 1995 b).

O Monte do Frade foi dado a conhecer como um dos vários povoados do Bronze Final da Beira Interior que, tal como os outros, possui especificidades e características próprias. Numa, é único, porém, e paralelos noutras regiões não se encontram facilmente. A confirmação de que a ocupação do Bronze Final se limitou ao confrangedor espaço de cerca de 126 m² do sector I, obriga-nos a corrigir a sua classificação como um povoado “normal” para a época.

Se é certo que a expressão de “povoado” significa um lugar que foi habitado, o que aqui se confirma, também não deixa de ser verdade

que essa expressão traz a si associada a ideia de um sítio que abrigou diversas famílias, isto é, um sítio residencial de alguma extensão. Ora, o espaço útil do Monte do Frade não suportaria mais do que 6/7 pessoas, eventualmente 10/12, portanto, uma ou duas famílias. De qualquer forma, nunca um agregado de várias famílias. Temos, pois, de encontrar uma outra expressão para este sítio.

A ideia de uma residência rural, em contraponto com os maiores povoados, que não passariam, porém, de toscas e pobres aldeias com frustes choças entre penedos, eles próprios tão rurais quanto o Monte do Frade, talvez seja preferível designá-lo sem o epíteto, simplesmente residência ou casal.

Mas, sem dúvida, um casal habitado por alguém com uma posição social privilegiada e distinta. Não podemos dizer que se trata de um sítio rico, como, aliás, nenhum dos outros povoados escavados o foram: não se detectaram acervos notórios de excedentes, não há sinais de intensificação de actividades nem as forças produtivas parecem ter ultrapassado o âmbito familiar (“household”), não se pode falar em acumulação de metal ou de outros bens reveladores de uma intensa actividade de redistribuição. Como defendemos, à época, a riqueza não estava nos povoados, mas fora deles, no domínio territorial por eles exercido (VILAÇA, 1995 b).

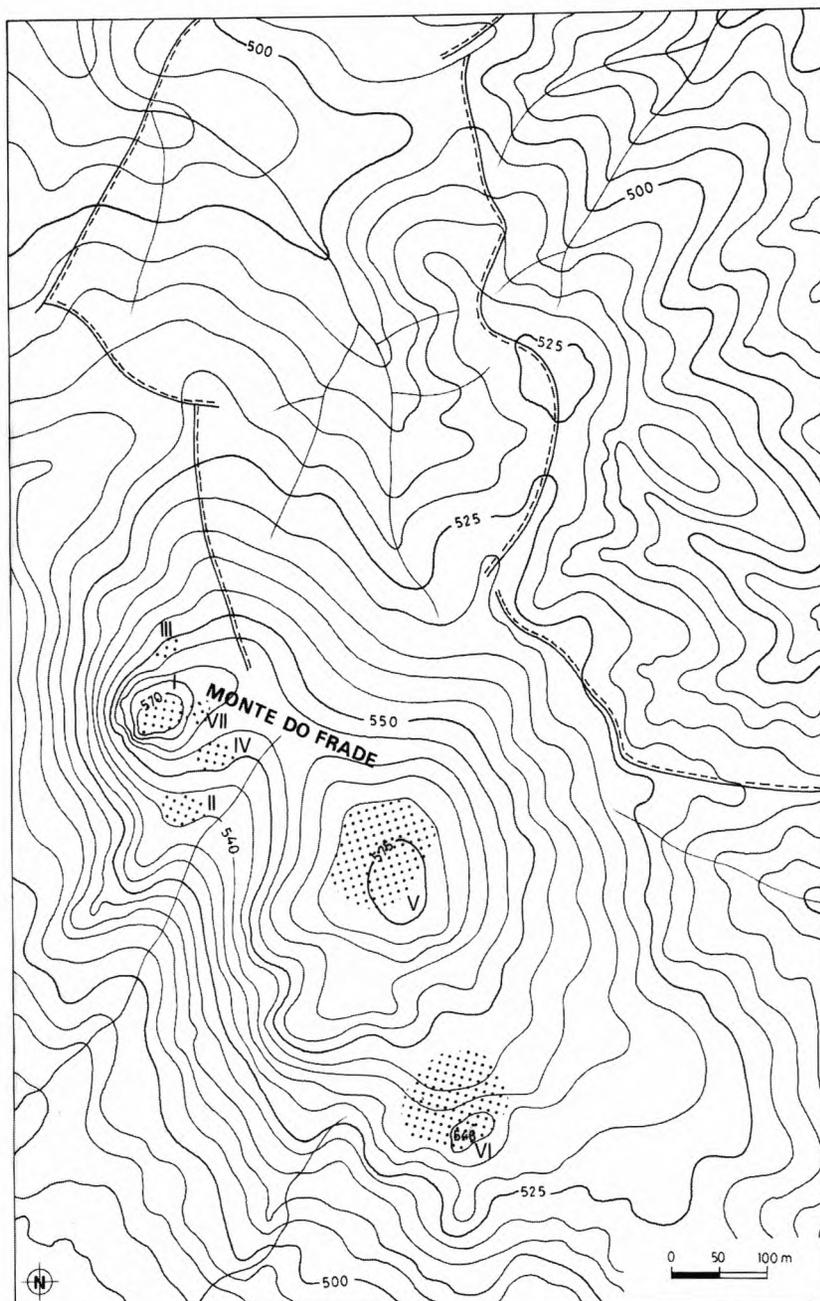
O pressuposto de que um sítio é tanto mais importante quanto maior for a sua dimensão e o número de habitantes e, consequentemente, maior a troca de informação e mais intensa a emulação, não se coaduna ao que temos. A quantidade e qualidade dos materiais, cerâmicos e metálicos, alguns únicos em contextos habitacionais, como as duas pinças de bronze, ou muito raros, como a faca de ferro, e a presença de gravuras, que afastam o carácter de mero abrigo para este sítio, são bastos elementos para não o colocarmos no degrau mais baixo, mas, pelo contrário, num dos superiores.

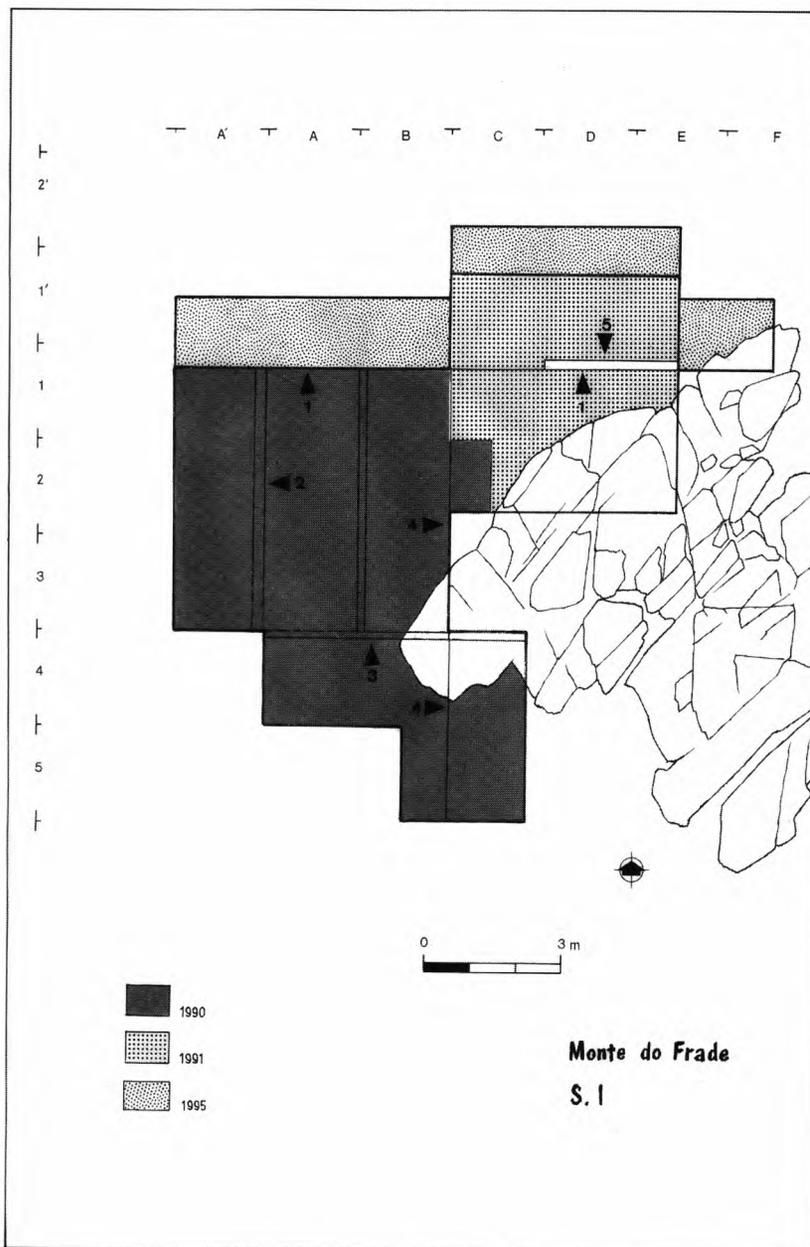
O Monte do Frade, não sendo rico nem grande, era talvez propriedade dos mais ricos e dos maiores para os parâmetros da época.

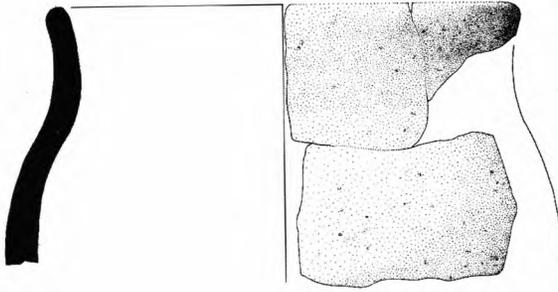
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1993-1994), “A Arqueologia e o Tempo”, *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 9-56.
- ALARCÃO, J. , “A Arqueologia como semiologia da cultura material”, *Revista de Guimarães* (a publicar).
- ALMEIDA, F. e FERREIRA, O. V. (1971), “Um monumento pré-histórico na Granja de S. Pedro (Idanha-a-Velha)”, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 163-168.
- BRADLEY, R. (1989), “Deaths and Entrances: A Contextual Analysis of Megalithic Art”, *Current Anthropology*, 30 (1), 68-75.
- BRADLEY, R. (1991), “Ritual, time and history”, *World Archaeology*, 23 (2), 209-219.
- BURGESS, C. (1990), “The chronology of cup and cup-and-ring marks in Atlantic Europe”, *Revue Archéologique de VOuest*, supplément 2 (Hommage a P.-R. Giot), 157-171.
- CATLING, H. W. (1964), *Cypriot Bronzework in the Mycenaean World*, Oxford.
- FORTES, J. (1905-1908), “A sepultura da Quinta da Água Branca”, *Portugália*, II, 241-252.
- GOMES, M. V. (1987), “Arte Rupestre do Vale do Tejo”, in *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, 26-43.
- GOMES, M. V. (1994), “A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves”, *Xelb*, 2.
- GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. (1976-1977), “As esteias decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel-Beja) — estudo comparado,” *Setúbal Arqueológica*, II-III, 281-343.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., BEIRÃO, C. M. e MATOS, J. L. (1986), *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 02, IPPC.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V. e SANTOS, M. F. (1983), “O Santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora)”, *Zephyrus*, XXXVI, 287-307.
- GONÇALVES, A. C. (1992), *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento.
- HENRIQUES, F., CANINAS, J. C. e CHAMBINO, M. (1995), “Rochas com covinhas na região do Alto Tejo Português”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), 191-206.
- JORGE, V. O. e Jorge, S. O. (1990), “Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II série, VII, 299-324.
- LEWIS-WILLIAMS, J. e DOWSON, T. (1988), “Entoptic phenomena in Upper Paleolithic art”, *Current Anthropology*, 29 (2), 201-245.
- LOPES, M. C. (coord.) (1997), *Arqueologia do Concelho de Serpa* (no preio).
- LÓPEZ MONTEAGUDO, G, (1983), *Expansión de los “verracos” y características de su cultura*, Madrid, Universidad Complutense.
- MONTEIRO, J. P. e GOMES, M. V. (1974-1977), “Rocha com covinhas na Ribeira do Pracana”, *O Arqueólogo Português*, série III, VII-IX, 95-99.

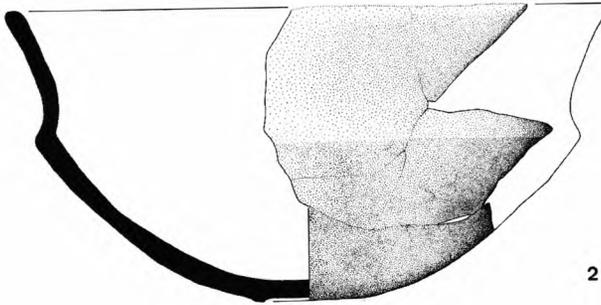
- PEREIRA, F. A. (1933), “A Pedra d’Anta ou um monumento megalítico na Beira Baixa”, *O Archeologo Português*, XXIX, 49-75.
- SPINDLER, K., BRANCO, A. C., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1973-1974), “Le monument à coupole de l’âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz)”, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, LVII, 91-153.
- VASCONCELOS, J. L. (1897), *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1993), “Alucinaciones y arte prehistórico: teoría y realidad en el Noroeste de la Prehistoria Iberica”, *Pyrenae*, 24, 87-91.
- VILAÇA, R. (1993), “A ocupação neocalcolítica do Monte do Frade (Penamacor)”, *Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Coimbra, 499-511.
- VILAÇA, R. (1995 a), *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*, série “Trabalhos de Arqueologia”, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2 vols.
- VILAÇA, R. (1995 b), “Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior”, *Colóquio Internacional — Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa (no prelo).



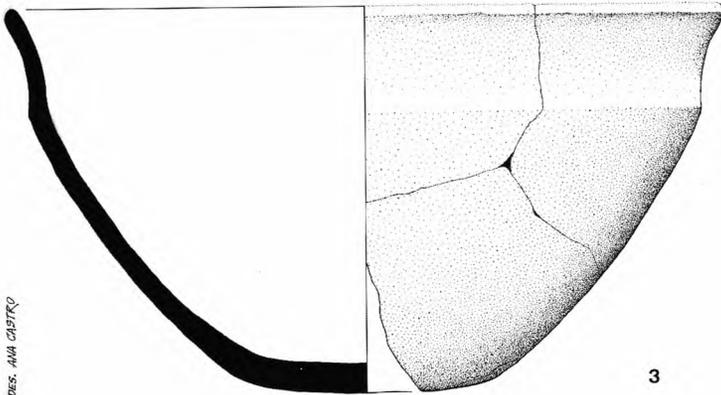




1



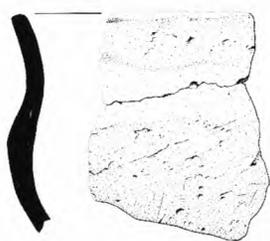
2



3

DES. ANA CASTRO

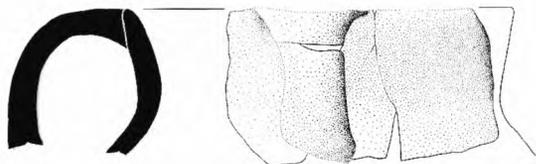




1



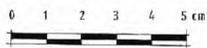
2



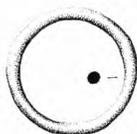
3



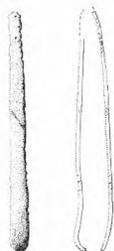
4



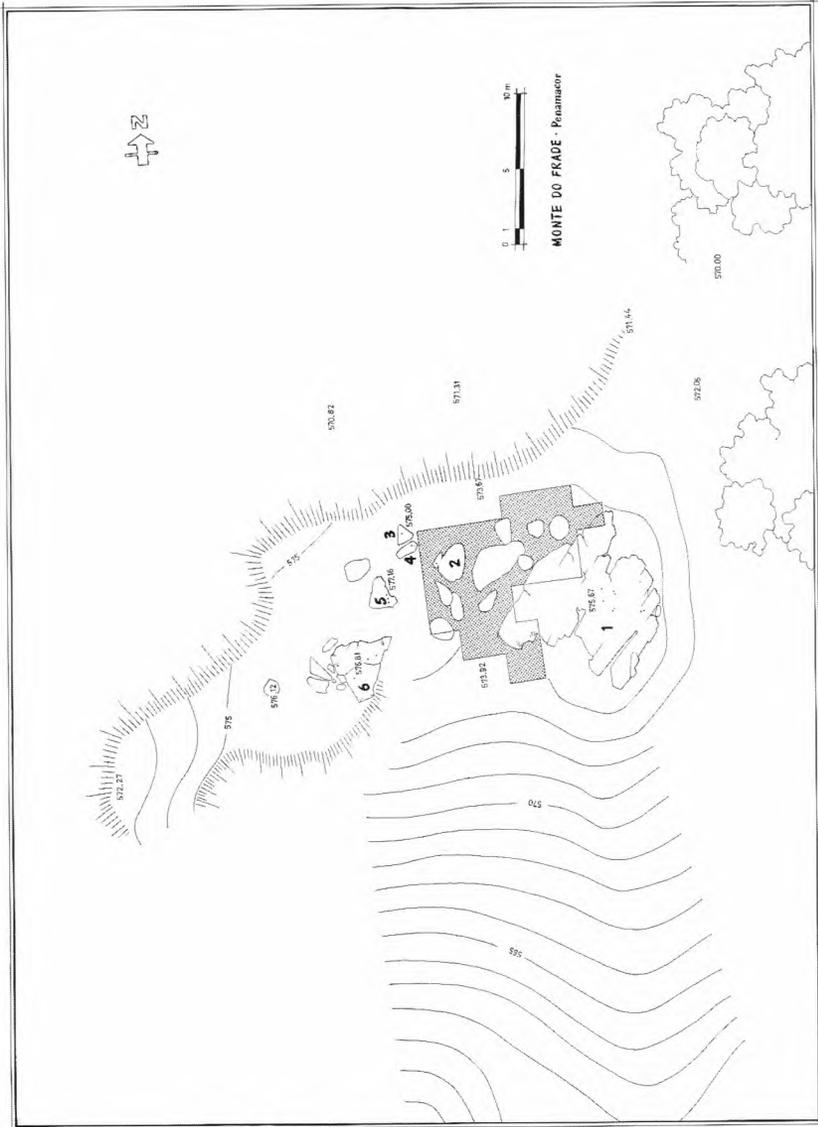
5

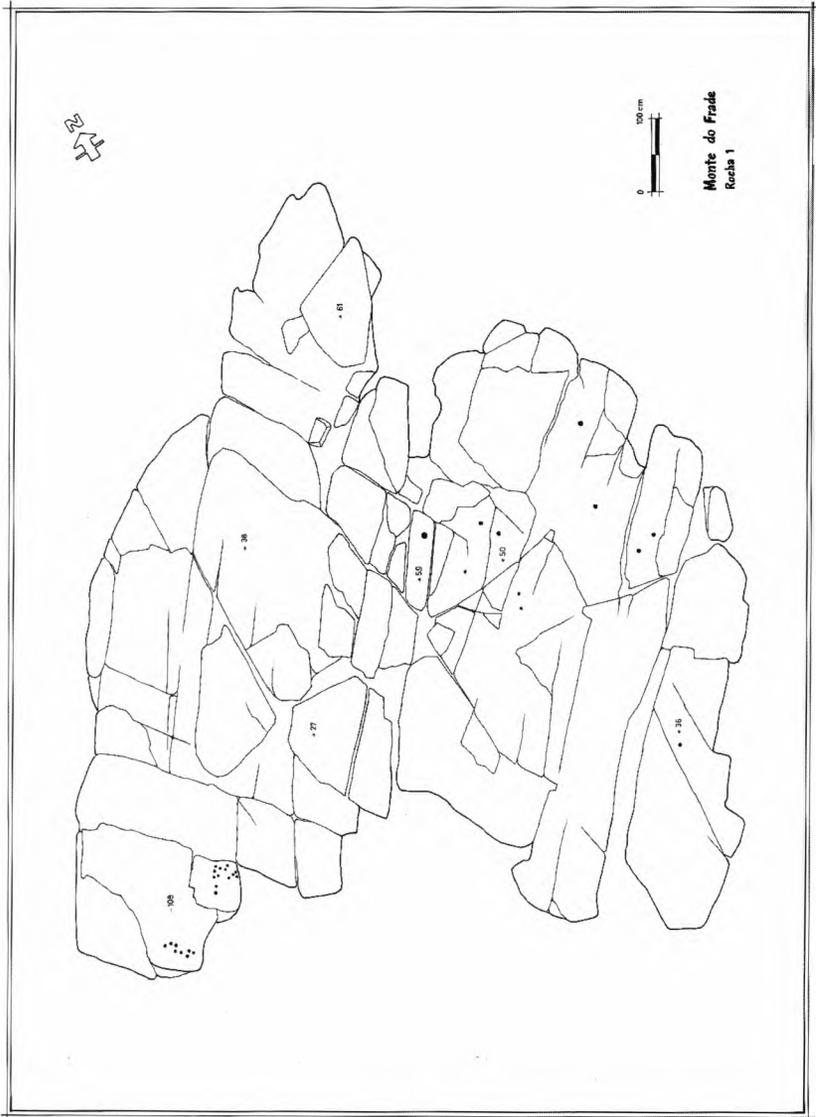


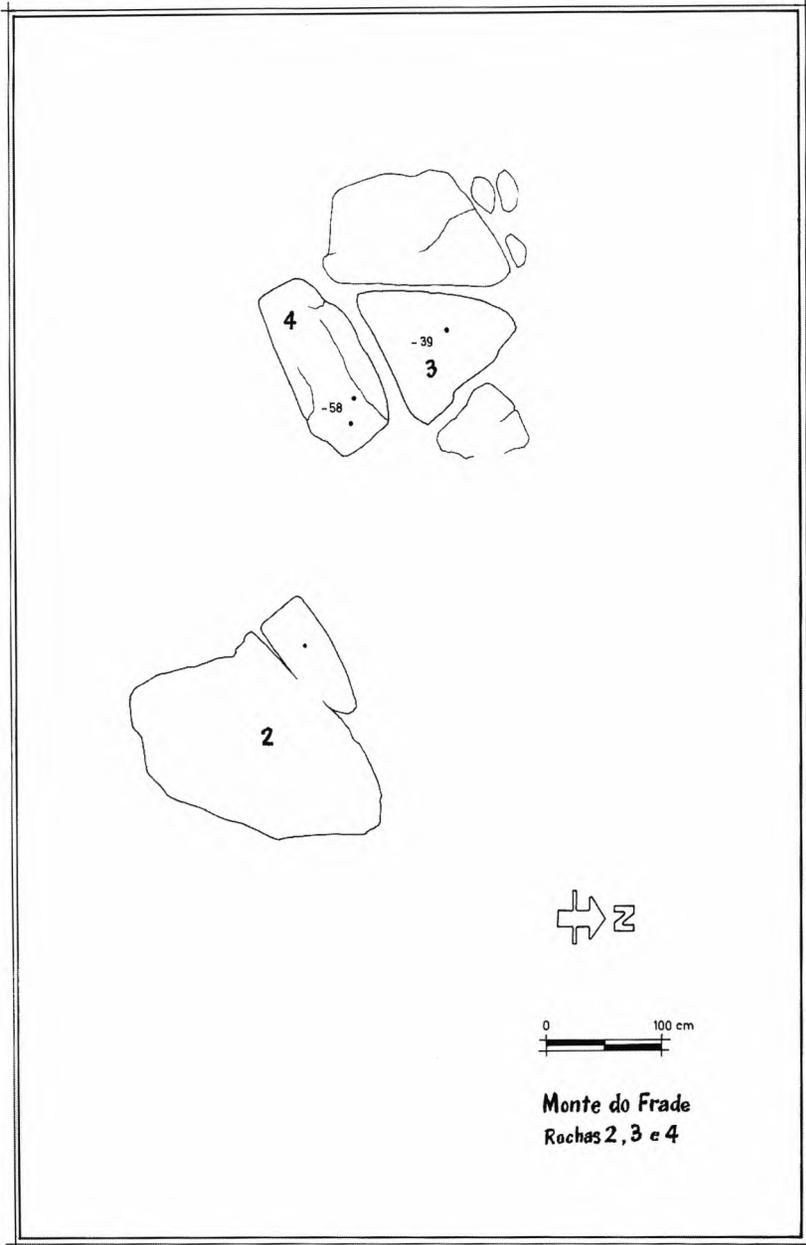
6



7







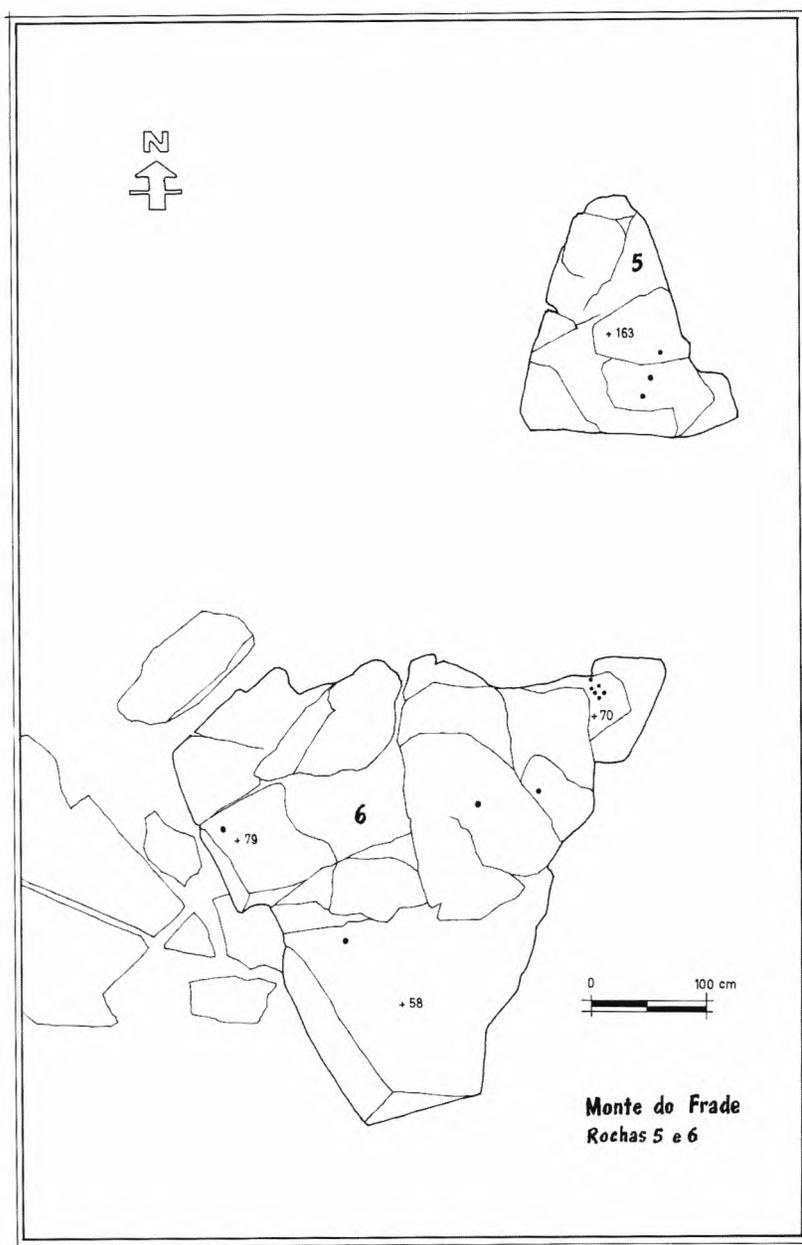




FOTO 1 – Aspecto geral da rocha 1.



FOTO 2 – Pormenor da rocha 1.